

Kátia Farias Antero
(Organizadora)

Formação inicial e continuada de
PROFESSORES
e a identidade docente 2



Atena
Editora
Ano 2022

Kátia Farias Antero
(Organizadora)

Formação inicial e continuada de
PROFESSORES
e a identidade docente 2



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Formação inicial e continuada de professores e a identidade docente 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Katia Farias Antero

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F723 Formação inicial e continuada de professores e a identidade docente 2 / Organizadora Katia Farias Antero. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0512-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.122220209>

1. Formação de professores. 2. Aprendizagem. I. Antero, Katia Farias (Organizadora). II. Título.

CDD 370.71

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Formação inicial e continuada de professores e a identidade docente 2” trata-se de uma obra que apresenta como objetivo vislumbrar acerca das ações pedagógicas docente necessárias a sua atuação tendo com princípio o esmero a ser pontuado na formação acadêmica inicial.

A ideia destaca a discussão científica parafraseando com contribuições de estudos teóricos que sustentam as finalidades dos capítulos. Nesse aspecto, o volume traz a tona reflexões ao leitor enveredando pela relevância frente as práticas pedagógicas de modo que perceba-se a importância de se remodelar somado a demanda constituinte de cada contexto social, político e humano que circulam consoante a atualidade. Assim, a obra categoriza a docência e suas ações metodológicas desde a esfera do ensino fundamental à nível de ensino superior.

São discutidas abordagens relacionadas a atuação profissional, identidade docente, o processo de ensino e aprendizagem, a (re) construção humana, experiências de estágio são alguns dos temas interpelados sendo estes destacados pelo crivo das análises do fazer docente.

Considerando que a forma como o processo de ensino e aprendizagem ocorre no trânsito da educação, as produções que contemplam essa coleção se fomenta considerando que a práxis exercidas na sala de aula precisa considerar os sujeitos professor e aluno como atores principais desse processo e para tanto, conta-se com artigos produzidos por graduandos, graduados, especialistas, mestres e doutores na área educacional.

Em síntese, a coleção "Formação inicial e continuada de professores e a identidade docente 2" se mostra significativa para agregar conhecimentos ao leitor que desperta interesse sobre aspectos que norteiam a formação e prática com enfoque claro e objetivo. Considerando tal afirmação e informações supracitadas, a Atena Editora reconhece o quão valioso de faz em (re) conhecer acerca das produções aqui tramitadas.

Katia Farias Antero

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

(RE) PENSANDO A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DA DOCÊNCIA NA ATUALIDADE:
PRESSUPOSTOS INDISPENSÁVEIS

Pedro Júnior dos Santos Silva

Synthia Karina Bezerra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222202091>

CAPÍTULO 2..... 16

A DOCÊNCIA SUPERIOR EM SEUS DESAFIOS E CONQUISTAS NO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM

Valdeglácia Pinheiro Dantas Domingos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222202092>

CAPÍTULO 3..... 33

A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO – CONTRIBUTOS E
REFLEXÕES

Evangelina Bonifácio

Nharongue David Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222202093>

CAPÍTULO 4..... 46

A IDENTIDADE DOCENTE NA AFETIVIDADE DO PROFESSOR

Tamires Theodoro Leonel Ferreira

Ana Flavia Hansel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222202094>

CAPÍTULO 5..... 58

A PRODUÇÃO GRÁFICA DA ESCRITA: APONTAMENTOS TEÓRICOS

Sandra Helena Tinós

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222202095>

CAPÍTULO 6..... 67

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) COMO CONEXÃO
ENTRE A ESCOLA E A SOCIEDADE: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA ESTADUAL
NO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG

Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua

José Domingos de Oliveira

Marilene Aparecida Fernandes Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222202096>

CAPÍTULO 7..... 83

APLICAÇÃO DA FERRAMENTA 5W2H NO PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE
ESTAGIÁRIOS EM ODONTOLOGIA

Paulo Leonardo Ponte Marques

Marcela Bezerra de Menezes Ponte
Lucas Emmanuel Rodrigues Lima
Karyne Barreto Gonçalves Marques
Lucianna Leite Pequeno
Antonio Rodrigues Ferreira Junior
Luiza Jane Eyre de Souza Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222202097>

CAPÍTULO 8..... 94

COMPOSIÇÃO DE ESCALA DE RASTREIO DO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM INFANTIL PARA CRIANÇAS DE 2 ANOS A 2 ANOS E 11 MESES PARA EDUCADORES DE INFANTES

Aliaska Aguiar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222202098>

CAPÍTULO 9..... 105

DELINEANDO O PERFIL DA DOCÊNCIA NA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO OFERTADA NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS MELHORES UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222202099>

CAPÍTULO 10..... 137

EXPERIÊNCIAS DO PIBID COM AGRICULTURA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Jadiel Aguiar e Silva

Vânia Galindo Massabni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12222020910>

CAPÍTULO 11..... 151

FUNDAMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DA UFBA

Magno da Conceição Peneluc

Edilson Fortuna de Moradillo

Rafael Moreira Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12222020911>

CAPÍTULO 12..... 166

MODELOS ATÔMICOS NO ENSINO REGULAR: UMA AULA VOLTADA PARA ALUNOS SURDOS

Maciel Rocha Martírios

Antônio Marcelo Silva Lopes

Márcia Maria Teixeira

Poliana de Sousa Carvalho

Francisco de Assis Pereira Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12222020912>

CAPÍTULO 13	175
O DOCENTE UNIVERSITÁRIO NUMA PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO HUMANA Valdeglácia Pinheiro Dantas Domingos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12222020913	
CAPÍTULO 14	188
PRÁXIS PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL Francisco Ronald Feitosa Moraes Francisco Rômulo Feitosa Moraes Lília Santos Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12222020914	
CAPÍTULO 15	201
PROFESSOR(A) REFLEXIVO(A): IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA NA PRÁTICA DOCENTE Eula Batista Rezende Maria Luiza Batista Bretas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12222020915	
CAPÍTULO 16	214
RELACIÓN ENTRE LOS ESTILOS DE APRENDIZAJE Y EL APROVECHAMIENTO ACADÉMICO EN EL ÁREA DE QUÍMICA ORGÁNICA, EN TRES ESTUDIANTES DE GRADO ONCE, DEL SECTOR RURAL, CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES ASOCIADAS O NO A UNA DISCAPACIDAD Martha Lucia Acosta González	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12222020916	
SOBRE A ORGANIZADORA	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

CAPÍTULO 6

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) COMO CONEXÃO ENTRE A ESCOLA E A SOCIEDADE: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG

Data de aceite: 01/09/2022

Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua

Doutor em Química pela Universidade Federal de Uberlândia
Pós-doutor em Química pela Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Química
Uberlândia – Minas Gerais - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/12970002659897780>
<https://orcid.org/0000-0003-3587-486X>

José Domingos de Oliveira

Especialista em Ensino de Ciências e Matemática pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro/campus Uberlândia, Uberlândia – Minas Gerais – Brasil Professor de Biologia do Colégio Aprov. LTDA Catalão – Goiás - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8899369930077820>

Marilene Aparecida Fernandes Pereira

Especialista em psicopedagogia pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá Professora da Escola Estadual Amir Amaral Patrocínio – Minas Gerais - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5144647998819160>

RESUMO: O Projeto Político Pedagógico (PPP) se constitui no principal documento que estabelecerá as diretrizes de como a instituição de ensino irá caminhar de forma ativa, com o intuito de promover um ensino significativo e contextualizado em relação à realidade do cotidiano do aluno no qual se encontra inserido. Além disso, o PPP é a forma pela qual a escola

estabelece um diálogo com a sociedade, com o intuito de atender as necessidades formativas exigidas pela mesma. Diante disso, este trabalho teve por objetivo realizar um estudo de caso em relação à estrutura e redação de um PPP de um estabelecimento de ensino estadual localizada na cidade de Patrocínio/MG. Ao se analisar o PPP, observa-se que o mesmo foi redigido: i) sem embasamento teórico; ii) ausência de legislações que norteiam a educação básica no Brasil; iii) erros ortográficos e sem o rigor da língua portuguesa; iv) baixa relevância em relação a motivar a participação da comunidade externa e; v) pouco envolvimento com a redação do PPP. Neste sentido, é urgente e necessário que a instituição se envolva na (re)elaboração do projeto com vistas a ser uma escola que se encontre em sintonia com a sociedade e que possibilite uma educação que promova o aluno à condição de um sujeito ativo e participante da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação básica, estudo de caso, projeto político pedagógico, sujeito ativo

THE IMPORTANCE OF POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT (PPP) AS A CONNECTION BETWEEN SCHOOL AND SOCIETY: CASE STUDY IN A STATE SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF PATROCÍNIO/MG

ABSTRACT: The Pedagogical Political Project (PPP) is the main document that will establish the guidelines on how the educational institution will move actively, with the aim of promoting meaningful and contextualized teaching in relation to the reality of the student's daily life in

which is inserted. In addition, the PPP is the way in which the school establishes a dialogue with society, in order to meet the training needs required by it. Therefore, this work aimed to carry out a case study in relation to the structure and writing of a PPP of a state educational establishment located in the city of Patrocínio/MG. When analyzing the PPP, it is observed that it was written: *i)* without theoretical basis; *ii)* absence of legislation that guides basic education in Brazil; *iii)* spelling errors and without the accuracy of the Portuguese language; *iv)* low relevance in terms of motivating the participation of the external community and; *v)* little involvement with the writing of the PPP. In this sense, it is urgent and necessary for the institution to be involved in the (re) elaboration of the project with a view to being a school that is in tune with society and that promotes an education that promotes the student to the condition of an active and participating subject. of society.

KEYWORDS: Basic education, case study, political pedagogical project, active subject.

1 | INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) se constitui em um documento que estabelece as diretrizes e objetivos que a instituição de ensino deve possuir para se constituir em espaço que possibilite um ensino mais significativo, contextualizado e que se insere dentro de uma comunidade. Ao longo da história, a educação vem se empenhando em ser um elo entre a sociedade e as necessidades formativas do mercado de trabalho. Logo, as instituições de ensino passaram a incorporar os diferentes modelos de gestão provenientes de linhas de produção (Taylorista, Fordista e Toyotista) que migraram de uma percepção de indivíduo capaz de exercer uma função mecânica (Taylorista) a condição de que o indivíduo é tão importante para o funcionamento da estrutura organizacional que passou a ser chamado de colaborador, conforme implementado pelo modelo de gestão de produção da empresa Toyota (CHADDAD, 2022; GUIMARÃES; FILHO, 2022; SOUZA; BRITO, 2022).

Neste cenário, as famosas “grades curriculares” eram adequadas à necessidade de formação de pessoas para atuarem em diferentes linhas de produção e segmentos da sociedade que demandam mão-de-obra e não tinham a preocupação de levar o aluno a sair da passividade enquanto sujeito pertencente a uma sociedade, e que como tal, precisa se posicionar e refletir sua condição para que eleve o seu bem estar e de sua comunidade. No Brasil, somente a partir do ano de 1994, o presidente Fernando Henrique Cardoso passa a realizar projetos de lei e políticas públicas que possibilitam as diferentes unidades escolares (pública e privada) e em seus diferentes segmentos (educação infantil, básica e superior) a terem a liberdade de adequar as diferentes habilidades e competências de cada unidade curricular, de forma a se adaptar a realidade na qual se encontram inserida nas comunidades (COSTA, 2021; GUEDES, 2021; LANÇA; FERNANDES, 2020; OLIVEIRA; VELANGA; NICHIO, 2021). O PPP ganha importância e reconhecimento como o documento oficial a ser elaborado com participação de membros pertencentes aos diferentes segmentos da comunidade escolar (alunos, pais e familiares, professores e técnicos administrativos,

a direção e demais membros da comunidade) que passa a ter no PPP a “ponte” que possibilita a comunidade externa a se inserir no âmbito escolar e esta passa a oferecer um ensino voltado aos anseios da comunidade (ARAÚJO, 2021; COSTA; ALMEIDA, 2020; SILVA; PACHECO, 2022; SOUZA; BRITO, 2022).

A literatura recente apresenta inúmeros trabalhos que procuraram investigar o PPP em suas diferentes dimensões e grau de importância. Entretanto, os inúmeros estudos apontam para problemas que já parecem ter si tornado crônicos nas instituições de ensino, entre os quais: *i*) a ideia de que só a equipe diretiva deva trabalhar no melhoramento do PPP; *ii*) a falta de interesse por grande parte dos professores, que alegam nunca terem visto o PPP na escola, bem como a sua aplicação; *iii*) a falta de percepção da importância do PPP como elo entre o âmbito escolar e a comunidade na qual, a escola se encontra inserida e; *iv*) a falta de empatia por parte dos professores em relação a importância dos pais e/ou responsáveis na construção de um PPP entre outros (ARAÚJO, 2021; COSTA, 2021; FERREIRA; JÚNIOR, 2020; OLIVEIRA; AMARAL, 2022).

Frente ao exposto, este trabalho teve por objetivo avaliar criticamente a estrutura textual de um PPP de uma escola estadual localizada na cidade Patrocínio/MG e apontar possíveis alternativas que possam levar a comunidade escolar a melhorar o seu PPP de forma a se aproximar cada vez mais da realidade dos alunos e da comunidade na qual se encontra inserida.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

O PPP se constitui em um dos documentos mais conhecidos e discutidos no âmbito escolar, capaz de promover discussões mais amplas e que necessita de constantes revisões, a fim de se adequar as necessidades da comunidade escolar e as mudanças promovidas pela sociedade. Entretanto, inúmeros professores negligenciam sua parcela de contribuição atribuindo tal responsabilidade a direção e supervisão escolar, culminando na falta de atualização do PPP ao ponto de torná-lo desatualizado e fora de sintonia com a realidade escolar. Inúmeros trabalhos (ARAÚJO, 2021; COSTA; ALMEIDA, 2020; COSTA, 2021; GUEDES, 2021) são relatados na literatura recente que reforçam a necessidade de construção, adequação e revisão periódica de um PPP que se constitui em um documento único em cada instituição de ensino, visto que o mesmo retrata a singularidade de cada realidade escolar que se encontra dentro de uma comunidade, na qual o seu contexto é único.

Ferreira e Júnior (2020) realizaram uma análise crítica do PPP da Escola Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro (CEFFA M. M.) localizado na comunidade de Pau Santo, município de Lago do Junco/MA, que funciona com fundamentos na pedagogia da alternância. Os pesquisadores construíram breves históricos que tratam da fundação e da metodologia da alternância e analisaram o processo de formação com

fundamentos nas três categorias que contextualizam o ensino de ciências. Logo, pode-se concluir que o PPP da escola foi construído e é reformulado a partir de todos os processos de formação, contexto do aluno e sua reflexão sobre realidade até a elaboração de uma proposta de intervenção que surge a partir dos alunos e sua reflexão no contexto no qual se encontram inserida.

Freitas e Aquino (2020) analisaram a correlação entre a pedagogia das competências com o PPP do IFCE, a partir de trabalhos desenvolvidos por diferentes autores da teoria do capital humano. Os pesquisadores concluíram que existe uma intrínseca relação entre o desenvolvimento da pedagogia das competências e as diferentes mudanças no modelo produtivo a partir do século XX. Além disso, a presença de uma forte influência da teoria pedagógica nas legislações que norteiam a educação profissional e tecnológica.

Neto e colaboradores (2021) procuraram investigar a importância que os professores atribuíam ao PPP da Escola Municipal Emérito Nestor Lima localizada na cidade de Parnamirim/RN. Os pesquisadores aplicaram um questionário contendo 16 questões objetivas para 25 dos 45 professores da escola. Os resultados evidenciaram que: *i*) a grande maioria dos professores não compreendem a importância da comunidade externa na construção do PPP; *ii*) a falta de divulgação e publicidade do PPP para toda a comunidade; *iii*) a falta de percepção, pelos professores, em relação a importância do PPP para a qualidade da educação na própria escola; *iv*) muitos professores nunca tiveram contato com o PPP e não percebem a aplicação do mesmo na instituição.

Ribeiro e Gentil (2021) propuseram avaliar o PPP do ensino médio e a relação do mesmo com o acesso ao ensino superior de uma escola estadual localizada no município de Cáceres/MT. A pesquisa foi de caráter qualitativo e pautado em análise documental. Os pesquisadores concluíram que havia pouco registro no PPP que indicasse a relação em comento.

Albarado, Russo e Hage (2022) investigaram a relação do currículo escolar com o PPP de escolas do campo, das águas e das florestas na região Amazônia nos estados da Amazônia e Pará. Os pesquisadores avaliaram a construção dos diferentes diálogos estabelecidos nas lutas dos movimentos sociais destes povos pelos territórios em que se encontram inseridos. A investigação se pautou em diferentes questionamentos que levou a uma reflexão crítica referenciada na teoria Freiriana que reporta a denuncia e anuncia a educação pública do campo que se construiu de forma coletiva por todos os integrantes das escolas que objetivam efetivar a proposta pedagógica das diferentes comunidades existentes na região amazônica.

Oliveira e Amaral (2022) avaliaram a presença da Educação Ambiental (EA) no PPP de uma escola estadual do interior do estado de São Paulo. O instrumento de pesquisa era de caráter qualitativo com a participação de 35 professores do Ensino Fundamental II e o Médio nas diferentes áreas do conhecimento, em função da transversalidade do tema em investigação. Os pesquisadores concluíram que uma grande parcela dos professores

desconhecia a natureza do conteúdo presente no PPP e a forma de se abordar a EA neste documento. Entretanto, após diversos momentos de discussão entre os pesquisadores e os professores, estes passaram a entender a importância da EA e sua abordagem e contextualização dentro do PPP, bem como a compreensão de se realizar debates entre os professores e a equipe gestora da escola.

Inúmeros outros trabalhos foram realizados e publicados em diferentes periódicos e que buscaram investigar o PPP sob diferentes pontos de vista, contexto e análise estrutural do próprio documento. Entretanto, os estudos apontam para a falta de conhecimento em relação à estrutura do PPP, bem como das suas diferentes dimensões e contextos que fazem parte deste instrumento de fundamental importância. Neste contexto, será apresentada a análise crítica de toda a estrutura do PPP em relação a sua escrita e que pretende apontar as inúmeras fragilidades, bem como possíveis sugestões de melhoria a fim de colaborar para a melhoria do PPP no estudo de caso a seguir.

3 | ESTUDO DE CASO

3.1 Identificação

O Projeto Político Pedagógico (PPP) analisado é proveniente de uma escola estadual localizada no município de Patrocínio, no estado de Minas Gerais. O PPP apresenta todas as informações para sua devida identificação e algumas complementares, tais como: *i)* e-mail e telefone de contato; *ii)* número de registro no INEP; *iii)* divisão do quantitativo de alunos por sexo, raça e etnia; *iv)* o percentual de alunos que dependem de transporte público e *v)* o número de professores por série.

A introdução apresenta uma linguagem clara e satisfatória, visto que procura apresentar as principais finalidades de um PPP “ser uma bússola para as atividades escolares,” o que sugere a participação coletiva de toda a comunidade escolar no esforço de construir um projeto que expresse a combinação das vivências e experiências internas e externas ao âmbito escolar, oportunizando para a comunidade a construção de uma escola que atenda os seus anseios e necessidades. Sabe-se da real importância do envolvimento e participação das famílias que possibilitará a comunidade sentir-se parte integrante da escola, levando-a a uma maior compreensão da sua importância na participação no cotidiano escolar, o que resulta em uma melhor promoção do processo de ensino-aprendizagem.

Ao se apresentar o tópico “a escola em números”, o PPP já fornece informações preliminares de forma simples, objetiva e linguagem acessível que possibilita a inclusão de pessoas menos instruídas no que se relaciona ao entendimento do PPP. Desta forma, a escola demonstra a preocupação em construir um PPP que esteja ao alcance de todos em termos de compreensão e entendimento. Além disso, são apresentados no início do PPP dados preliminares que se constituem como indicadores que transmitem a imagem

de uma boa noção das características da escola e do seu público. Neste sentido, existe a concretização da ideia de que os fatores socioeconômicos da comunidade escolar estão diretamente relacionados com os alunos e como isso poderá influenciar no processo de ensino-aprendizagem. Logo, apresentar esta condição nos princípios do PPP é algo extremamente importante para a sua elaboração e aplicação diante da comunidade na qual se insere o estabelecimento escolar. Entretanto, com a finalidade de melhorar e aproximar cada vez mais o PPP a realidade da comunidade, se faz necessário acrescentar dois outros indicadores:

- **Renda familiar:** Na última linha do histórico da escola é relatado que a escola “... **atende alunos em sua maioria residentes em periferias de baixa renda e de zona rural e alunos com necessidades especiais**”. Em “diagnósticos, encontram-se os dados que forneceram subsídios para este relato, estes poderiam aparecer já nesse início na forma de indicadores.
- **Distribuição da população escolar urbana por bairros:** na parte de “diagnósticos”, encontram-se informações capazes de subsidiar este relato e que poderiam configurar no início na forma de indicadores, com o intuito de deixar clara a noção do percentual de alunos que habitam na região da escola.

3.2 Marco Referencial

Sabe-se que a apresentação do contexto histórico da escola é de suma importância para se entender como a instituição vem se construindo e se consolidando ao longo dos anos e que estas informações são de fundamental importância tanto para que a escola possa desenvolver um PPP mais adequado e que atenda as mudanças exigidas pela comunidade onde está inserida. No entanto, percebe-se uma preocupação excessiva e muito acentuada em relação aos aspectos políticos da escola que se embasa na imagem de pessoas públicas de prestígio e reconhecimento regional que é característico da política e cultura na cidade onde se localiza a referida escola. Além disso, observa-se a falta de informações que possibilitam a escola ser vista sob um olhar mais abrangente em relação ao município e a região do Alto Paranaíba, sendo que estas informações poderiam ser obtidas de forma atualizada por meio de informações obtidas pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No tópico “**marco situacional**”, percebe-se a presença de índices sócio-culturais e econômicos, bem como o conhecimento empírico da comunidade escolar. Realizou-se corretamente um diagnóstico do alunado e de suas famílias, atentando-se para a necessidade de implementação de políticas que aproximam as relações da escola com a comunidade e estabelecem maiores colaborações para melhorias e maior eficiência no processo de ensino-aprendizagem.

No tópico “**marco filosófico**” a missão/finalidade da escola fica clara, conforme escrito no PPP “**A missão escolar é buscar estratégias para a construção do conhecimento a**

partir da vivência do educando, tendo em foco a formação pedagógica, voltada para a aprendizagem acadêmica, valores éticos e morais. Contribuindo para a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade mais justa e solidária, sendo um agente transformador do meio em que está inserida.”

No tópico “**marco operatório**” foi realizado um diagnóstico da escola em relação à infraestrutura física e recursos humanos e de forma correta foi apontado às carências e dificuldades presentes no âmbito escolar. Entretanto, tais informações poderiam ser apresentadas no tópico “**diagnóstico**”, uma vez que este já apresenta de forma detalhada os dados socioeconômicos dos alunos atendidos pela instituição, bem como a estrutura física e os recursos humanos e tecnológicos presentes na escola. Embora se perceba que o diagnóstico foi bastante minucioso e atento a relação da comunidade escolar, percebe-se uma ambiguidade e até certa confusão em relação à interinstitucionalidade baseada na família, comunidade e sociedade. Como evidência desta confusão, podemos citar um trecho retirado do PPP no final deste tópico: “**A comunidade escolar tem participação nos eventos festivos, realização de projetos, palestras, apresentações teatrais, porém, não se envolve efetivamente na rotina escolar.**” Possivelmente a expressão “**não se envolve efetivamente na rotina escolar...**” tenha sido feita em relação aos conteúdos curriculares das disciplinas ministradas na escola, desconsiderando, de forma equivocada, que “**... eventos festivos, realização de projetos, palestras, apresentações teatrais...**” não fazem parte da rotina escolar. Além disso, chama-se a atenção para o fato de que estas atividades são momentos propícios para ocorrer maior engajamento dos alunos nas atividades curriculares.

3.3 Diagnóstico

Ao se tratar do sub-tópico “**análise de desempenho**” a partir da referência de dados coletados de organismos de avaliação externa como o SIMAVE, observa-se uma coerência dos resultados de desempenho da escola em relação a media regional e nacional. Entretanto, no que tange a avaliação de desempenho de alunos das séries do ensino fundamental e do médio, as justificativas apresentadas entre as quais: *i)* encerramento de contrato de professores; *ii)* rotatividade de alunos em função de pais itinerantes e *iii)* alunos que precisam conciliar atividades de estudo e trabalho, não são fatores que explicam por si só o baixo desempenho. É notório que a instituição de ensino tenta se eximir de sua parcela de contribuição para tais “fracassos avaliativos”, o que deveria ser um ponto de reflexão para toda a equipe pedagógica em relação à atuação e capacidade de atender os anseios e necessidades dos alunos que fracassam e que nos deixa a pergunta: “Qual seria o papel da escola neste desempenho? Como a escola pode contribuir para melhorar tais resultados?” Além disso, os resultados obtidos, segundo avaliação do SIMAVE, são apresentados em forma gráfica sem nenhuma introdução e/ou contextualização que poderiam fazer menção a estes resultados, que não são discutidos e/ou comparados com avaliações anteriores e

até mesmo entre as diversas áreas avaliadas.

Os fatores “**étnicos, culturais e econômicos**” e a relação destes com os comportamentos expressados pelos alunos, uma vez que reflete o ambiente em que vivem. A escola foi assertiva ao perceber que as questões disciplinares como consequência do ambiente sociocultural no qual a escola está inserida e os seus alunos convivem em seu cotidiano. Além disso, a preocupação com a possível violência familiar e as questões étnicas sociais ganhas destaque no PPP, demonstrando uma real sensibilidade ao se construir o planejamento com ações que possam amenizar ou minimizar os possíveis impactos negativos no processo de ensino-aprendizagem do aluno. As ações relatadas no PPP levam a proposição de uma conscientização dos alunos e que podem ser capazes de torná-los alunos pró-ativos e participativos na luta contra estes problemas que assolam muitas famílias da escola.

No que tange “A escola como ambiente participativo”, percebe-se uma visão que resulta em uma proposta clara, executável e moderna de gestão participativa. Observa-se uma composição e atuação do colegiado de forma ativa que por intermédio de pesquisas e discussões com os estudantes, demonstra preocupação com a inclusão de todos os segmentos da comunidade escolar, em especial as famílias, no ambiente e nas propostas de ações a serem executadas pela instituição.

3.4 Plano de ação

O plano de ação é bem detalhado e construído com ações e definições dos responsáveis por cada ação. Percebe-se que este plano de ação pode colaborar, efetivamente, para a construção de ações pedagógicas a serem desenvolvidas de forma positiva e bastante produtiva, durante o ano letivo, se for colocado em prática. Entretanto, tais ações demonstram bastante lentidão para obtenção de resultados com posterior tomada de decisões, entre as quais podemos citar: **atividades diagnósticas** realizadas com o uso de papel sulfite, cartolina, lápis e borracha. Sabe-se que tais materiais não podem deixar de serem utilizados, mas muitas atividades diagnósticas poderiam ter estes recursos substituídos por recursos tecnológicos como, por exemplo, avaliações e formulários a serem realizados e preenchidos utilizando-se a sala de informática com coleta de dados em tempo real e redução de gastos e geração de resíduos que serão dispostos no ambiente.

Em relação aos fatores que contribuem para o baixo rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, estes necessitam de um diagnóstico mais bem elaborado e de um maior planejamento e conjunto de ações efetivas que se destinem a contribuir para minimizar o baixo rendimento dos alunos matriculados nestes ciclos de ensino.

3.5 Plano de formação continuada dos profissionais da escola

Neste tópico, o PPP se limita a fazer menção às possíveis diferenças em termos de formação dos professores e apresenta o percentual de professores que possuem ou não

licenciatura plena para o exercício da docência. Além disso, é apresentado o percentual de professores com curso superior completo, no qual todos os professores possuem formação para as séries iniciais do ensino fundamental I, este percentual cai para 63,5% nos anos finais do ensino fundamental e se acentua ainda mais no ensino médio com somente 53,30% dos profissionais com formação superior completa. Tais percentuais se apresentam acima da média estadual e nacional, o que demonstra a déficit de profissionais nos três últimos anos da educação básica e que contribui para o mau desempenho dos alunos em avaliações de qualidade aferidas tanto pelo estado quanto pela União. Entre as áreas que possuem déficit de profissionais se encontram as ciências da natureza (química física e biologia). Além disso, não foi apresentado e/ou relatado nenhuma proposta de capacitação e/ou qualificação de forma continuada para o corpo docente, que caminha em direção a falta de políticas voltadas para incentivar/estimular os docentes em programas de capacitação e qualificação continuada. Isto pode ser observado pelo percentual de titulação que os professores habilitados possuem: *i*) pós-graduação *lato-sensu* concluída (98%); *ii*) *stricto-sensu*, nível mestrado (3%) e *iii*) nenhum docente em nível de doutorado (concluído ou em andamento). Diante desta realidade, a escola ao questionar os professores em relação a percepção de sua própria formação, 97% afirmam estarem preparados e capacitados o suficiente para atuarem como professores. Esta informação reforça a ideia de falta de interesse por capacitação e/ou qualificação e se alinha com a falta de política de estado. A ideia do professor imutável, auto-suficiente em conhecimento e sempre atual frente às contínuas mudanças pela qual a educação passa a todo instante.

3.6 Faltas e/ou ausências dos professores

As faltas e/ou ausências justificadas ou não são relatadas no PPP como um problema na continuidade do processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Entre os motivos que ocasionam a ausência dos professores estão: *i*) violência nas escolas; *ii*) precarização da atividade docente; *iii*) carga horária de trabalho excessiva; *iv*) problemas de saúde. No entanto, a escola relata que existem poucos casos de ausência de professores e as medidas que são tomadas a fim de reduzir o impacto negativo no processo de ensino-aprendizagem. Entre as medidas é relatado no PPP que tanto o diretor e/ou o vice-diretor quanto à parte pedagógica da escola vão para a sala de aula na eventual ausência de um professor. Além disso, duas novas motivações para eventuais ausências do professor são apresentadas: motivos não-declarados (ausências injustificadas) e a participação em curso de capacitação e/ou formação, sendo que esta última entra em contradição em relação ao fato de que 97% dos professores afirmaram para a própria instituição que estão preparados e capacitados o suficiente para lecionar.

3.7 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O PPP apresenta o conceito e/ou definição de AEE, as diferentes formas e recursos

para considerar um aluno com AEE, entre os quais: *i)* relatórios e laudos médicos; *ii)* relatórios elaborados pelos profissionais da educação; *iii)* avaliações diagnósticas elaboradas e aplicadas pela própria escola; e *iv)* ordem ou decisões judiciais. Além disso, estabelece algumas estratégias para se trabalhar com AEE e com o objetivo de atender suas necessidades especiais o que possibilita sua inclusão, acessibilidade e eliminação de barreiras para a plena participação e processo de inclusão social. Entretanto, afirma que o atendimento se dará, prioritariamente, em sala com recursos multifuncionais da escola ou de outra instituição de ensino. Associado a isso, não se faz nenhuma menção a capacidade que a escola possui de atender a que categoria de alunos do AEE e não apresenta nenhuma fundamentação legal que assegure o direito do aluno a este atendimento, bem como não define as diferentes classes de alunos que se enquadram na condição para AEE. Soma-se a isso a ausência de qualquer resultado proveniente de trabalho com AEE em anos anteriores e quais seriam os resultados positivos e negativos alcançados, não existindo no PPP nenhuma menção de projeção de trabalhos, metodologias para ampliar e diversificar o atendimento de alunos AEE. Logo, esta parte necessita ser totalmente reescrita com maior rigor e com a apresentação de referências legais que estabelecem diretrizes, currículos, formas de aprendizagem e os direitos dos alunos com AEE. Entretanto, sabe-se que apesar de fundamentação legal que resguarde o atendimento de alunos que se enquadram no AEE, existe uma falta de interesse e políticas públicas em todas as esferas (municipal, estadual e federal) que garanta um atendimento eficiente destes alunos.

3.8 Educação Ambiental

O PPP introduz e apresenta algumas importâncias em relação à educação ambiental, sem fazer menção a nenhuma referência da literatura que fundamente o que foi escrito. Além disso, são descritas algumas possíveis atividades que podem ser desenvolvidas no âmbito escolar, mas é notório que tal escrita é desprovida de qualquer experiência prática vivenciada dentro ou fora do âmbito escolar. Esta afirmação pode ser reforçada pela ausência de qualquer ação concreta confirmada pelo próprio PPP. A Educação Ambiental é um verdadeiro “calcanhar de Aquiles” em todas as instituições de ensino básico, uma vez que em todas as unidades curriculares a serem trabalhadas poderiam tratar desta questão que permeia os aspectos científicos, políticos e sociais dentro e fora do âmbito escolar e que se faz tão presente e atual no contexto no qual o aluno se insere. Tratar a temática se resume a fazer cartazes e montagens em isopor para pseudo feiras de ciências e comemorar o dia da água, do índio e do meio ambiente expressado por meio de poluição visual e geração de resíduos que levarão décadas e centenas de anos para o ambiente se decompor. A dificuldade dos professores entenderem e quererem mudar a forma de enxergar que todas as áreas de conhecimento devem e necessitam passar por uma abordagem interdisciplinar, dificulta a realização de atividades mais assertivas e afirmativas em relação ao meio ambiente. Além disso, não existe nenhuma referência que

fundamente o que foi escrito sobre educação ambiental.

3.9 Erros ortográficos, gramaticais e a falta de formatação

Sabe-se que a língua portuguesa possui uma variedade e complexidade de regras que dificultam ou trazem dúvidas no momento da escrita. Entretanto todo e qualquer tipo de texto deve-se prezar pela maior proximidade com a norma culta da língua portuguesa. Logo, na redação de um PPP, este deve passar por inúmeras leituras e sucessivas correções gramaticais e textuais a fim de se obter um bom texto que possua uma boa fluidez de leitura e seja compreensível sem a presença de ambiguidades e/ou palavras que possam trazer dúvidas ou más interpretações em relação ao que foi escrito e sua real intenção. O PPP apresenta inúmeros erros ortográficos, gramaticais, concordância verbal e nominal, acentuação e pontuação o que deixa claro que mesmo a instituição possuindo profissionais da área de letras, os mesmos não tiveram o cuidado e a atenção necessária de corrigir o texto com o intuito de torná-lo legível e mais compreensível. Diante disso, faz-se necessário realizar a revisão ortográfica e gramatical de todo o texto a fim de dar um aspecto mais profissional ao PPP, visto que os professores são os responsáveis pela redação do mesmo.

A formatação de um trabalho se constitui em uma parte de conferir o texto uma melhor estética em toda a sua extensão. Além disso, possuímos a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que disponibiliza de forma gratuita, manuais que se encontram sempre atualizados e que possuem o objetivo de formatar e conferir, a qualquer trabalho redigido, um padrão no formato de apresentação o que possibilita um texto de melhor leitura e o aspecto técnico do trabalho redigido. No PPP, observa-se que o mesmo possui: *i)* excesso de espaçamentos; *ii)* falta de uniformidade em termos de extensão dos parágrafos; *iii)* excesso de partes em branco ao longo de toda a sua extensão (dando a ideia de aumentar o número de páginas, com o intuito de mostrar um documento mais volumoso em termos de páginas); *iv)* figuras com baixa nitidez e sem um padrão em termos de tamanho; *v)* falta de uniformidade no espaçamento entre as linhas; *vi)* excesso de uso de marcadores, que poderiam ser reunidos em um parágrafo; *vii)* uso de variadas cores em títulos e subtítulos, o que não é recomendado pela ABNT; *viii)* a fonte escolhida (Helvética) não é a recomendada para a redação de projetos, que deveria ser Times New Roman ou Arial 12; *ix)* a falta de numeração de títulos e subtítulos; *x)* a falta de um sumário mais bem elaborado e com número da página em que se localiza cada título ou subtítulo entre outras configurações que se encontram em desacordo com a ABNT. Logo, a escola precisa buscar uma capacitação ou capacitar pelo menos um profissional da escola para realizar esta formatação, mesmo sabendo que no quadro de profissionais existem pessoas que concluíram especialização e até mesmo mestrado, o que evidência um desinteresse e, sobretudo um descaso para com o PPP da escola.

3.10 Referências

Ao longo de todo o texto do PPP, não se observou nenhuma referência bibliográfica que fundamentasse os aspectos teóricos e legais referentes às diferentes etapas e modalidades de ensino trabalhadas na escola. Além disso, não foi encontrada nenhuma referência bibliográfica ao final do texto que indicasse alguma fundamentação para a redação do PPP. Diante disso, o texto precisa passar por uma revisão geral a fim de subsidiar toda a extensão do texto com referências bibliográficas básicas e complementares em relação às diferentes modalidades de ensino que a escola trabalha e a legislação que regulamenta estes níveis de ensino em qualquer de suas instâncias. Além disso, a ausência de referências ao longo de toda a extensão do texto deixa dúvidas quanto à veracidade de muitas definições, conceituações, afirmações e informações que foram inseridas ao longo de todo o PPP. Diante disso, este projeto precisa passar por uma vasta revisão e inclusão de referências que possam dar credibilidade e veracidade a muitas informações apresentadas ao longo do texto, uma vez que a condução da construção do PPP é coordenada por profissionais da área da educação tendo 98% de seu quadro com o título de especialista, podendo possuir alguns com especialidade em gestão/inspeção escolar e outras que trabalham direta ou indiretamente com este tema.

Sugestão de algumas referências bibliográficas para auxiliar/nortear no processo de reestruturação do texto do PPP da escola, bem como oferecer um embasamento teórico capaz de transformar o PPP em um documento com uma boa fundamentação teórica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Decreto no 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, **dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3298.pdf>

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Decreto no 3.956, de 8 de outubro de 2001 (Convenção da Guatemala) **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3956.pdf>

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf>

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Lei no 10.436, de 24 de Abril de 2002 - **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>

Brasil. PORTARIA Nº 319, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1999 - **Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria319.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. LEI no 9.795, de 27 de Abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.795/99 (Artigo 14) e o Decreto nº 4.281/02 (Artigo 4). **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>

CAMPBELL, S. I. **Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Wak, 1ed. 156 p. 2010. ISBN 978-8578540920 **Custo da obra: R\$27,90**

MAIA, B. P.; COSTA, M. T. A. **Os desafios e as superações na construção coletiva do projeto político-pedagógico**. São Paulo: Intersaberes, 1 ed. 148 p., 2012. ISBN 978-8582126684 **Custo da obra: R\$44,10**

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, 9 ed. 160 p., 2017. ISBN 978-8524925214 **Custo da obra: R\$50,37**

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. **Escola: Espaço do projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papirus Editora, 6 ed. 208 p., 2020. ISBN 978-8530805326 **Custo da obra: R\$56,50**

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. São Paulo: Papirus Editora, 7 ed. 192 p., 2020. ISBN 978-8530803704 **Custo da obra: R\$36,61**

3.11 Equipe de elaboração do PPP

É mencionado que a equipe de elaboração do PPP era constituída por: *i*) um diretor e vice-diretor; *ii*) dois professores intituladas “especialistas” e *iii*) vinte e nove professores provenientes das mais diversas áreas de formação e que atuam nos diversos segmentos de ensino da instituição. Considerando que todo este contingente de profissionais (trinta e três professores ao todo) e que, possivelmente, são detentores de curso superior e até de mesmo de especialização a nível *lato-sensu*, gera-se uma preocupação em relação à forma com que este documento foi elaborado sem nenhum encadeamento de ideias acompanhada da falta de referências para sustentar e/ou subsidiar várias definições, conceitos e fundamentar o próprio PPP. Além disso, é nítido que a versão final do texto não passou por uma rigorosa revisão ortográfica em relação à norma culta da língua portuguesa, que ficou demonstrado pelos inúmeros erros de ortografia, acentuação, pontuação e frases sem estrutura e/ou sentido. Isto deveria gerar uma grande preocupação por parte dos

profissionais da educação, pois colocam o seu nome em um documento que foi escrito sem nenhum rigor e que se apresenta como um grande contraditório, visto que o professor exige de seus alunos os critérios da norma culta da língua portuguesa em avaliações e trabalhos. Diante disso, sugere-se que toda a equipe pedagógica e os docentes passem por cursos de capacitação, ofertados por uma equipe de consultoria e/ou assessoria a ser contratado pelo estado e ofertado em todas as Superintendências Regionais de Ensino (SRE), uma vez que este problema deve se repetir em outras escolas do estado de Minas Gerais. Além disso, o PPP precisa ser construído de forma séria e compromissado, uma vez que se trata de um documento que irá nortear todos os aspectos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, bem como as relações que se estabelecem entre a escola e o contexto no qual se encontra inserido.

3.12 Considerações finais

Ao se analisar o PPP, verifica-se que o mesmo apresenta bons aspectos e informações importantes que poderiam ser mais bem apresentadas se fosse criada uma equipe, previamente treinada/capacitada/supervisionada por intermédio de profissionais especialistas ou com maior conhecimento do que é um PPP e sua importância como documento norteador das práticas pedagógicas da escola. É notório que os professores não têm conhecimento ou possuem falta de interesse em colaborar com a construção do PPP. Além disso, é fundamental que os profissionais desta instituição busquem conhecimento ou entendimento de que nenhum documento da instituição pode ser escrito sem a devida previsão de referencial teórico que fundamentam o que querem e/ou pensam em escrever. A falta de referências e, principalmente, de legislação que norteia o sistema educacional brasileiro, passa a impressão de que os professores nunca leram ou não tiveram vontade de ler para fundamentar melhor o PPP e qualquer outro documento expedido pela escola que requeira um referencial teórico. Além disso, é urgente a capacitação dos professores em relação às normas da ABNT para a reformulação deste PPP ou de qualquer outro documento, visto que a falta de conhecimento destas normas é muito clara e evidente.

Neste sentido, recomenda-se que este PPP seja reescrito com vistas a atender todos os apontamentos levantados pelos avaliadores, bem como outras considerações que possam vir a surgir durante o processo de (re)elaboração deste PPP; todos os professores necessitam passarem por cursos de capacitação que trate da ABNT voltada para: i) formatação e escrita de documentos; ii) estrutura e regras para se fazer referências no corpo do texto e na parte de referências bibliográficas entre outros pontos de suma importância. Ao final de todo este processo de capacitação e reformulação do PPP, o mesmo precisa passar por uma rigorosa correção textual a ser realizada pelos professores da área de linguística da escola e, se necessário, um profissional externo.

REFERÊNCIAS

ALBARADO, E. C.; RUSSO, D. V. S. S.; HAGE, S. A. M. Currículo e projeto político pedagógico das escolas do campo, das águas e das florestas: reflexões com as territorialidades das Amazônia Paraense e Amazonense. **Cadernos RCC#29**, v.9, n. 2, p. 130-136, 2022.

ARAÚJO, A. V. Um olhar sobre o projeto político e pedagógico escolar. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1-11, 2021. <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>

CHADDAD, F. R. Projeto Político- Pedagógico e gestão demográfica para um diretor de escola. RECIMA21 – **Revista Científica Multidisciplinar**, v.3, n.4, p.1-16, 2022. <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i4.1367>

COSTA, A. G. S.; ALMEIDA, A. C. F. O Projeto Político Pedagógico numa perspectiva coletiva. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p.1-14, 2020. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.7912>

COSTA, D. N. O Projeto Político-Pedagógico: Considerações acerca da gestão para a autonomia da escola. **Reflexão e Ação**, v. 29, n. 1, p.218-232, 2021. <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>

FERREIRA, M. C. S.; JÚNIOR, M. B. A importância do Projeto Político Pedagógico na construção do processo de ensino-aprendizagem contextualizado: Um estudo de caso da CEFFA Manoel Monteiro. **Revista Exitus**, v.10, p. 01-26, 2020. <http://dx.doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n01D1132>

FREITAS, S. R.; AQUINO, F. J. A. A pedagogia das competências no Projeto Político Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará: uma breve análise. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 3, p.1-22, 2020. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i3.2607>

GUEDES, N. C. A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2021. <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>

GUIMARÃES, R. S.; FILHO, L. S. S.O Projeto Político Pedagógico, a sua organização, aplicabilidade e responsabilidades. **Contemporânea – Revista de Ética e Filosofia Política**, v. 2, n. 3, p. 565-581, 2022. <https://doi.org/10.56083/RCV2N3-026>

LANÇA, J. F.; FERNANDES, T. C. A Educação do Campo e suas especificidades: um estudo do Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo no município de Londrina-PR. **Revista Brasileira de Educação do Campo**,v.5, n. 1-22, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e9938>

NETO, A. R. D. et al. A importância do Projeto Político Pedagógico para a instituição de ensino: Escola Municipal Emérito Nestor Lima. **Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE**, v.7, n.12, p. 924-940, 2021. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i12.3539>

OLIVEIRA, M. A. C.; VELANGA, C. T.; NICHIO, E. R. O projeto político pedagógico e as políticas de ações afirmativas: Caminhos e possibilidades em busca de uma educação emancipatória. **Laplage em Revista (Internacional)**,v.7, n.2, p. 1-12, 2021. <https://doi.org/10.24115/S2446-6220202172680p.1-12>

OLIVEIRA, T. M. R.; AMARAL, C. L. C. Discutindo o projeto político pedagógico e a Educação Ambiental em uma escola pública de São Paulo. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental**, v. 39, n. 1, p.113-131, 2022.

RIBEIRO, V. M.; GENTIL, H. S. Ensino médio no Projeto Político Pedagógico na escola pública. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 7, n. 20, p.112-128, 2021.<http://dx.doi.org/10.21920/recei72021720112128>

SILVA, C. J. R.; PACHECO, E. M.; A concepção do projeto político pedagógico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, p. 1-22, 2022. <https://doi.org/10.15628/rbept.2022.13658>

SOUZA, G. G.; BRITO, M. Gestão Escolar: Uma análise acerca do processo de elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico. **Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE**, v.8, n.04, p. 682-694, 2022.<https://doi.org/10.51891/rease.v8i4.4974>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57

Alunos surdos 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Aprendizagem 2, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 81, 89, 90, 97, 102, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 155, 166, 168, 171, 172, 173, 174, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 210, 211, 215, 227

Atuação profissional 2, 24, 108, 116, 132, 203

Atualidade 2, 1, 2, 3, 5, 7, 8, 10, 13, 37, 163, 181

C

Competências 20, 23, 26, 35, 36, 37, 42, 43, 44, 52, 68, 70, 81, 96, 146, 184, 192, 205

Contexto 2, 4, 6, 9, 11, 18, 21, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 50, 53, 60, 69, 70, 71, 72, 76, 80, 84, 86, 98, 102, 106, 148, 163, 168, 169, 171, 172, 180, 184, 188, 189, 195, 199, 202, 203, 209, 210, 211, 214, 215, 218, 219, 220, 225, 226

Criança 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 94, 95, 96, 97, 102

Cursos 16, 22, 37, 80, 105, 106, 108, 109, 110, 113, 124, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 138, 143, 146, 151, 153, 154, 155, 159, 163, 179, 182, 189, 192, 193, 197, 207, 212

D

Docência 2, 1, 2, 3, 6, 7, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 37, 38, 39, 45, 75, 105, 138, 139, 141, 144, 145, 147, 148, 180, 181, 187, 200, 210, 227

E

Educação 2, 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 55, 56, 57, 66, 67, 68, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 86, 89, 92, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 227

Educação inclusiva 166, 167, 168, 170, 173

Educador 4, 5, 20, 25, 47, 54, 57, 97, 98, 100, 101, 148, 181, 182, 183, 185, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 209

Ensino 2, 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 53, 54, 56, 57, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 86, 97, 105, 106, 108, 109, 116, 119, 123, 126, 130, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 152, 154, 155, 157, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 210, 211, 212, 213, 215, 227

Escrita 5, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 76, 77, 80, 208

Estágios 49, 94, 105, 124, 130, 131, 133, 134, 147, 162

Experiências 2, 18, 23, 24, 26, 37, 71, 92, 116, 124, 134, 137, 142, 154, 181, 183, 184, 192, 193, 199, 207, 210

F

Ferramenta 1, 2, 19, 53, 55, 83, 85, 86, 89, 90, 91, 97, 201, 202, 208

Formação continuada 2, 8, 11, 12, 14, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 74, 182, 183, 193, 196, 197, 208, 212

Formação docente 16, 17, 30, 32, 141, 146, 148, 205, 210

Formação inicial 1, 2, 19, 24, 37, 43, 109, 111, 132, 193, 211

Formação pedagógica 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 73, 112, 182

Fundamentos 34, 69, 70, 92, 108, 150, 151, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 204, 211

H

Habilidade 13, 25, 65, 95, 96, 97, 146, 195, 201, 202, 204

História da educação 33, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 162

I

Identidade docente 1, 2, 46, 48, 139, 146

Importância 2, 1, 2, 7, 8, 14, 16, 18, 19, 22, 27, 35, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 81, 83, 88, 89, 90, 91, 119, 126, 130, 155, 156, 169, 172, 173, 174, 175, 177, 183, 188, 189, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 205, 207, 210

Infância 11, 48, 56, 86, 90, 97, 101, 102

Influência 43, 46, 55, 96, 216, 220, 224

Intencionalidade 38, 163, 190

L

Libras 78, 166, 169, 170, 173, 174

Linguagem 23, 58, 59, 60, 61, 66, 71, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 158, 165, 166, 169, 171, 174, 184, 195

Língua materna 169

P

Pedagogia 3, 5, 9, 10, 14, 16, 30, 44, 46, 56, 57, 69, 70, 81, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 131, 132, 134, 135, 136, 140, 151, 153, 154, 155, 162, 165, 174, 175, 186, 187, 199, 204, 212, 227

Pedagógico 9, 16, 18, 19, 21, 25, 27, 28, 29, 32, 36, 42, 54, 67, 68, 71, 79, 80, 81, 82, 137, 140, 143, 149, 163, 165, 166, 167, 175, 181, 183, 184, 189, 190, 191, 193, 196, 197, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 209

Perfil 10, 11, 37, 87, 89, 103, 105, 106, 108, 109, 114, 131, 132, 145, 175, 192, 221

Pesquisador 10, 11, 12, 14, 15, 99, 116, 117, 133, 135, 192, 193, 194, 205, 206, 212

Planejamento 19, 74, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 145, 155, 189, 194, 195, 207

Político 2, 4, 19, 32, 67, 68, 71, 79, 80, 81, 82, 143, 149, 151, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 193, 194, 207

Prática 2, 5, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 51, 52, 54, 55, 56, 63, 74, 76, 83, 89, 90, 91, 92, 134, 137, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 160, 162, 163, 164, 171, 173, 177, 178, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Práxis 2, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 10, 18, 22, 28, 33, 34, 35, 38, 42, 43, 156, 158, 160, 161, 165, 188, 189, 190, 191, 192

Práxis pedagógica 2, 22, 28, 188, 190, 191

Princípios 30, 36, 50, 72, 95, 151, 152, 154, 159, 163, 164, 173, 176, 179, 185, 189, 191

Processo 2, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 85, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 113, 114, 120, 123, 129, 132, 133, 138, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 153, 156, 157, 159, 163, 164, 166, 167, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 188, 189, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 204, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 215

Professores 1, 2, 2, 3, 5, 6, 10, 11, 12, 14, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 53, 54, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 116, 117, 118, 121, 123, 132, 134, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 159, 163, 165, 166, 169, 171, 173, 174, 180, 182, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200,

203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 213

Professor universitário 17, 19, 21, 25, 29, 33, 34, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 181, 182

Projeto 27, 32, 67, 68, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 90, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 163, 165

R

Realidade 3, 4, 5, 10, 16, 17, 20, 22, 25, 26, 28, 29, 31, 37, 49, 50, 52, 53, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 83, 84, 86, 90, 91, 141, 152, 153, 154, 159, 160, 161, 163, 173, 178, 180, 183, 187, 188, 191, 194, 195, 199, 203, 206, 208, 210

Reflexão 2, 3, 8, 9, 10, 12, 16, 19, 25, 27, 28, 34, 35, 38, 43, 51, 70, 73, 81, 90, 140, 141, 148, 175, 180, 194, 195, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212

U

Universidades 19, 21, 25, 26, 27, 28, 41, 105, 106, 107, 108, 109, 119, 120, 121, 126, 128, 134, 135, 153, 155, 178, 179, 182, 185

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Formação inicial e continuada de

PROFESSORES

e a identidade docente 2



 **Atena**
Editora
Ano 2022

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Formação inicial e continuada de
PROFESSORES
e a identidade docente 2



Atena
Editora
Ano 2022